

Formação continuada numa parceria da Universidade e Semeds, da região de Blumenau (SC), e seus desdobramentos no interior da escola através do coletivo de professores

Maria Selma Grosch*

Até nos tempos mais sombrios temos o direito de esperar ver alguma luz. É bem possível que essa luz não venha tanto das teorias e dos conceitos, como da chama incerta, vacilante, e muitas vezes tênue, que alguns homens e mulheres conseguem alimentar.
(Hannah Arendt)

Resumo

O presente texto constitui um ensaio de reflexão sobre o caráter político da formação continuada, desvelado à luz das concepções de Hannah Arendt sobre o que é política e o que significa a condição de professores como sujeitos políticos, com repercussão no que determina o maior ou menor nível de politicidade nas ações pedagógicas empreendidas no interior da escola. Aborda-se a ação como política, aprofundando as questões ligadas à ação como atividade essencialmente humana, como base teórica para análise de uma experiência vivenciada no Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação no Centro de Ciências da Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb), numa ação desencadeada com professores da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Timbó, SC. Essa parceria entre a Universidade Regional de Blumenau (Furb) e a Semed já vem acontecendo desde o ano de 2004, numa ação contínua em um grupo de, aproximadamente, cento e setenta professores. Defende-se que o professor como sujeito social, com seus hábitos e costumes, valores e crenças

* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Ufsc ; Mestre em Educação: Ensino Superior (Furb, SC); Especialista em Psicologia Educacional (Univali, SC); Licenciada em Pedagogia: Supervisão escolar (Fafi, PR); professora de Estágio Supervisionado em Pedagogia; coordenadora do Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação –CCE/Propex – Universidade Regional de Blumenau (Furb); grosch@furb.br

pode encontrar na escola o espaço público para o engendramento de ações políticas na educação. Neste texto, aborda-se também o contexto de uma ação eminentemente política dos professores, na comunicação de suas práticas pedagógicas, expondo-se no espaço público e submetendo-se à avaliação dos seus pressupostos educacionais como um exercício de liberdade, emancipação e autonomia.

Palavras-chave: Formação continuada. Ação e política. Hannah Arendt.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de formação continuada de professores têm se constituído, especialmente na última década, como elemento de discussão sobre o desenvolvimento de programas no interior das universidades que apóiam as iniciativas de estudos da prática pedagógica, a partir do coletivo de educadores, no exercício do magistério da educação básica na escola pública, revelando possibilidades de inovações mesmo em tempos de crise na educação e precarização no trabalho docente dos professores.

As unidades escolares, por sua vez, não contam com uma estrutura didático-pedagógica capaz de viabilizar e sustentar projetos de formação coerentes com as necessidades que emergem dos conflitos entre os objetivos dos professores e as expectativas dos alunos sobre o que é necessário aprender para lidar com as questões com as quais o cidadão se depara cotidianamente. A liberação de recursos públicos para a efetivação dessa formação em exercício tem provocado, por outro lado, um crescente interesse de institutos particulares na oferta de serviços que se constituem em pacotes de metodologias com promessas de resolver os problemas enfrentados no cotidiano escolar.

Nesse contexto, a universidade pode e deve constituir-se como parceira na luta pela superação dos desafios encontrados na interlocução dos conhecimentos que os professores trazem da sua formação inicial como educadores profissionais e a realidade com a qual se deparam na sala de aula. Estudar esse meio cultural de aprendizagem é tarefa da universidade que, inicialmente, formou esses profissionais por intermédio dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, o pensamento arendtiano nos oferece possibilidades de reflexão sobre novas oportunidades de se pensar a ação pedagógica como um ato político que pode ser exercido nos mais diferentes espaços e das mais diferenciadas formas, seja na vida cotidiana, seja no exercício

profissional, nesse caso, no magistério público. Além disso, é possível pensar na superação daquilo que está posto, nas limitações encontradas no cotidiano, desvelando nessas condições uma abertura para a subjetividade humana, elemento necessário para a ruptura com a conformação e o previsível na crise atual da educação.

O Programa de Formação Continuada de Professores, da Universidade Regional de Blumenau, tem pautado sua prática de extensão universitária pela parceria com as Semeds da região de Blumenau, bem como com a Gerência Regional de Educação Ciência e Tecnologia, da 15ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, como elementos de urdidura da emancipação política e profissional, pressupondo decisões no espaço coletivo das discussões sobre as demandas de formação dos professores com as equipes de gestão das secretarias municipais, trazendo na pauta dessas discussões as especificidades de cada contexto: suas potencialidades e limitações.

O referido Programa desenvolve-se na intenção de constituir uma instância catalisadora das potencialidades regionais do seu entorno social e econômico. Esse Programa de extensão vem desenvolvendo, desde 1999, projetos de formação continuada em consonância com as possibilidades apresentadas pelos parceiros e, sob uma análise mais apurada, tem apresentado resultados que se constituem em avanços, no sentido de coerência com o que se pensa ser uma formação continuada de fato e o que se deduz na prática observada.

O Programa de Formação toma como pressuposto inicial que a formação continuada precisa estar pautada nas concepções dos professores acerca de teorias que embasam sua própria prática. Nesse sentido, entende-se que é necessário tanto tentativas contínuas de refletir sobre esse concreto pensado no cotidiano escolar como um patamar da formação inicial no interior das licenciaturas e tem avanços no exercício do magistério quanto no acompanhamento de professores universitários que atuam em cursos de licenciatura. O papel a ser desempenhado por estes não se concentra num modo de ensinar como se ensina, mas como uma possibilidade de, a partir dessas práticas, pensar uma concepção de mundo, de homem e de aprendizagem que seja coerente com o Projeto Político-Pedagógico das escolas. Esse projeto, por sua vez, precisa estar amparado em propostas educacionais construídas pelo coletivo de educadores, superando a prática de pesquisar sobre a escola, ou na escola, e alcançando o nível de analisar com a escola o que acontece em seu interior.

Entre as experiências vivenciadas nessas parcerias, uma delas destaca-se por seus elementos de práxis, ou seja, ações empreendidas com atitudes de reflexão e intenções de transformação daquilo que precisa ser desconstruído ou repensado numa pedagogia de vanguarda e na busca de novas formas de ação educativa no interior da escola, tendo como pressuposto a função social que esta escola representa na sociedade contemporânea. Destaca-se por traduzir uma prática refletida entre parceiros sob a luz das teorias emergentes como prática pedagógica pensada a partir da articulação entre o que os professores estudam na sua formação inicial e continuada que, muitas vezes, não é suficiente para o enfrentamento das problemáticas com as quais se deparam em sala de aula e o que conseguem perceber, avaliar e comunicar como processo e resultados dos seus projetos aplicados na escola, a partir dos encontros de formação continuada mediada pela universidade.

Hannah Arendt observou que o espaço de domínio público é aquele que, quando existe e não está obscurecido, tem como função, iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar, para o melhor ou para o pior, através de palavras e ações, quem é e do que é capaz. (LAFER apud ARENDT).

Na realização do IX Seminário de Educação de Timbó, a Universidade Regional de Blumenau esteve lado a lado com a Semed na organização do evento. Paralelamente à programação de conferências, mesas-redondas e minicursos, professores da educação infantil e ensino fundamental dispuseram-se a expor na forma de pôster alguns projetos que, por intermédio dos estudos na formação continuada, foram gestados no interior da escola e, após a aplicação no cotidiano das práticas pedagógicas, sob uma reflexão teórico-prática, tiveram resultados em termos de ensino-aprendizagem, que puderam ser expostos mediante de uma comunicação visual na ocasião do evento. Esse processo iniciou-se anteriormente com a necessidade de, refletindo sobre suas ações que consideraram relevantes, sistematizar num texto escrito uma síntese da problemática enfrentada, os pressupostos de atividades, objetivos a serem alcançados, fundamentos teóricos que orientaram as ações e os resultados da aprendizagem de ambos, professores e alunos, no processo pedagógico a ser comunicado entre seus pares, no espaço público de um seminário municipal.

Essa disposição em comunicar o processo de reflexão aos seus pares, e talvez comunicar a si mesmos, pode servir de reflexão sobre o aspecto político da ação dos sujeitos envolvidos num contexto escolar, capaz de ser analisado do ponto de vista do pensamento de Hannah Arendt¹ à medida que pode considerar uma filósofa e pensadora das mais criativas do século XX, abordando questões relacionadas ao terror do totalitarismo, ao mesmo tempo que levanta possibilidades do exercício de ações políticas nos mais diversos espaços públicos que devem ser criados e recriados constantemente.

Analisa-se, nesse sentido, aspectos sobre os elementos que constituem a ação referente aos negócios humanos como característica inalienável do processo de comunicação singular de cada sujeito que compreende o que faz, e o sentido do que faz, no contexto de pluralidade do coletivo.

2 A AÇÃO COMO UMA REVELAÇÃO DE SI MESMO

Nesse contexto, pretende-se refletir sobre a ação pedagógica como possibilidade de uma ação política que acontece entre os pares de um coletivo de escola e a possibilidade de pensar a ação como um ato que se torna público por meio do discurso, mais especificamente do discurso materializado no registro refletido sobre e na ação pedagógica.

A ação, na obra de Hannah Arendt, é uma das categorias fundamentais e representa não só um *medium* da liberdade como capacidade para reger o próprio destino, mas também a forma única da expressão da singularidade individual. A ação é a fonte do significado da vida humana, é a capacidade de começar algo novo que permite ao indivíduo revelar a sua identidade. A ação, diz Hannah Arendt (2005, p. 15), é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria. A ação corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o homem viveu na Terra e habitou o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas essa pluralidade é especificamente a condição de toda a vida política.

Para Arendt (2005), a palavra e ação é o que se pode dizer de especificamente político. Para ela, o domínio do real reveste-se de uma opacidade e “[...] o essencial é compreender, sendo um processo complexo, uma incessante ativi-

dade sempre variada e em mudança, por meio da qual nos ajustamos ao real.” A compreensão é criadora de sentido que se enraíza no próprio processo da vida à medida que tentamos, por intermédio da compreensão, conciliarmos-nos com nossas ações e paixões. “O homem isolado que perdeu seu lugar no terreno político da ação, é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans*, cujo necessário metabolismo com a natureza, não é do interesse de ninguém.” (ARENDT, 2005, p. 224, grifo do autor).

Os educadores têm vivido nos últimos tempos, mais especificamente nas duas últimas décadas, talvez mais precisamente na última década, um conflito entre o que apreendem da teoria veiculada nos cursos de formação de professores, em especial nas licenciaturas, e o que fazem diariamente no exercício do magistério. O trabalho do professor constitui, na maior parte do tempo, uma ação isolada na sala de aula. No pensamento de Arendt, o isolamento destrói a capacidade política, a faculdade de agir. É como se estudassem para serem trabalhadores intelectuais na formação das novas gerações e no cotidiano, se deparassem com uma atividade de labor, consumidos nas 40 ou 60 horas semanais de aplicação de uma tarefa mecânica de ensino, sem reflexão sobre como os sujeitos desse contexto, professores e alunos, apreendem como é o mundo e como este poderia vir a ser, de acordo com suas concepções.

A necessidade dos educadores defenderem um espaço legítimo e de direito para sua formação continuada em exercício oferece-lhes uma condição, por mais precária que possa parecer, para o exercício da palavra comunicada no coletivo. Segundo Arendt, politicamente não existimos, mas coexistimos. Daí a tensão entre a filosofia – na qual o pensar é a dualidade do diálogo coerente do eu consigo mesmo – e a política, na qual a pluralidade exige um estar sempre ligado a outros, pois se podemos pensar por conta própria, só podemos agir em conjunto. Essa diferença de postura é a razão pela qual, com poucas exceções – os filósofos tendem a ser hostis em relação à política. Arendt elimina a hostilidade, afastando-se da vida contemplativa ao excluir a mortalidade e ao erigir a natalidade como categoria central de sua compreensão da política. É com palavras e atos que o sujeito se insere no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual se confirma e assume o fato original e singular do seu aparecimento físico.

Arendt (2005) defende que, no momento em que se começa algo novo por meio de uma ação política, a preocupação não é com o eu, mas com o mundo, e essa distinção é a distinção básica da condição humana. A liberdade não é a liberdade moderna e privada da não-interferência, mas sim a liberdade pública de participação democrática. Sua contribuição está em chamar a atenção para o fato de que a liberdade da necessidade não se confunde com a liberdade, e que esta exige um espaço público da palavra e da ação. O debate público existe para lidar com aquelas coisas de interesse coletivo, que são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo do caminho de mão única de uma só verdade.

Arendt (1972) considera a importância do “nós”, do agir em conjunto, que acontece entre os homens e do qual nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum da ação. Defende a recuperação da palavra viva e da ação vivida, que surge em certas situações específicas, que não se limitam à *polis* grega. Arendt (1972) mostra como ação, palavra e liberdade são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e a manutenção do espaço público. A liberdade é um *a fortiori* de auto-revelação humana no seio de uma comunidade política na qual existe espaço público.

Falando de mudanças na educação, Arendt (2005, p. 226) afirma que “[...] o fato importante é que, por causa de determinadas teorias, boas ou más, todas as regras de juízo humano normal foram postas de parte.” Sobre o desaparecimento do senso comum como o sinal mais seguro da crise numa outra época, afirmava:

[...] em parte alguma os problemas educacionais de uma sociedade de massas se tornaram tão agudos, e em nenhum lugar as teorias mais modernas no campo da Pedagogia foram aceitas tão servil e indiscriminadamente. Quais foram os aspectos do mundo moderno e de sua crise que se revelaram na crise educacional, isto é, quais são os motivos reais para que, durante décadas, se pudessem dizer e fazer coisas em contradição tão flagrante com o bom senso? (ARENDR, 1972, p. 236).

Pode-se afirmar, sob pena de estar falando um absurdo do ponto de vista acadêmico, que os professores que mais têm estudado sobre o fazer pedagógico se sentem menos confortáveis do que aqueles que não tiveram oportunidade de aces-

sar um nível de graduação ou pós-graduação. Quem sabe isso se deve ao fato de que aqueles ainda conservam um mínimo de senso comum que os protegem dos modernismos que afetam as estruturas do saber docente e lhes retiram a solidez necessária para agir coerentemente com o próprio discurso, um discurso que tenha sido gestado na reflexão sobre o que pensa e o que é veiculado na esfera acadêmica, perdendo o poder de decisão sobre o que deve ou não fazer, agindo de acordo com o saber aligeirado ou superficial que tais cursos lhe provêm, do que decorre a impossibilidade de exercer o poder da autonomia sobre a própria ação.

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são usadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. [...] É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam. [...] O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda do poder e a impotência final; e o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos de violência: só existe na sua efetivação. (ARENDDT, 2005, p. 212).

Pode-se reportar às condições dos professores que, tendo estudado novas concepções de escola e de aluno, chegando à escola para colocar em ação estas concepções; vê-se agrilhado pelas próprias condições de singularidade e impedido de agir, por seus pares, que a despeito de ter estudado as mesmas coisas, temem a desestabilização provocada pelo novo, e este sucumbe à realidade de seus entornos, passando a fazer como todos fazem, mesmo que a contra gosto e negando suas próprias concepções.

Daí a necessidade de desencadear-se processos de formação inicial e continuada que superem essa dicotomia e permitam aos professores, num processo de familiaridade e de confiança mútua, discutirem suas práticas, revelando concepções, superando tendências à luz dos processos emergentes de construção de um ideário pedagógico coerente com a sociedade contemporânea.

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como segundo nascimento, no qual confirmamos

e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento original [...] seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. (ARENDRT, 2005, p. 190).

Arendt (2005) defende a recuperação da palavra viva e da ação vivida, que surge em certas situações específicas. Arendt (2005) mostra como ação, palavra e liberdade são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e a manutenção do espaço público. A liberdade é um *a fortiori* de auto-revelação humana no seio de uma comunidade política na qual existe espaço público. Nesse sentido, vimos nascer um espaço genuíno de publicação das idéias, quando os professores, incentivados pela equipe de coordenação da formação continuada, puderam expor, durante o IX Seminário de Educação em Timbó, os projetos que foram desencadeados no interior das escolas e apresentaram elementos para analisar os resultados de uma prática pensada a partir de pressupostos que, no cerne dessa prática, emerge como uma possibilidade de engendramento de novas práticas que suscitarão novas reflexões.

Nessa perspectiva, defende-se o espaço da formação continuada como uma instância de constante exercício da humildade, no sentido de compreender, sem pré-julgamentos, nem meras teorizações, o que de fato acontece na prática pedagógica, que revela uma compreensão da teoria que a fundamenta, que permita uma reflexão, sem os ditames de modismos desta ou daquela tendência ou concepção, para poder, com rigorosidade metodológica e vigilância teórica, a partir de pressupostos defendidos pelo coletivo de educadores tanto da educação básica quanto da graduação e pós-graduação, podendo enxergar com olhos mais apurados o que está se fazendo e, se de fato faz-se o que se propunha ser correto ou adequado fazer, a partir da proposta educacional referendada por todos os envolvidos no processo de educação escolar, compreendendo a transcendência da educação como algo superior a qualquer outro trabalho encarado como produto, risco que se corre freqüentemente quando a escola é confundida como uma aliada a serviço do mercado de trabalho.

Enquanto a força do processo de fabricação é inteiramente absorvida e exaurida pelo produto final, a força do processo de ação nunca se esvai num único ato, mas, ao contrário, pode aumentar à medida que se multiplicam as conseqüências; as úni-

cas coisas que perduram na esfera dos negócios humanos são esses processos, e sua durabilidade é ilimitada, tão independente da perecibilidade da matéria e da mortalidade dos humanos, quanto o é a durabilidade da humanidade. (ARENDR, 2005, p. 245).

Quando os professores se vêem como sujeitos da sua própria formação em serviço, percebem a transcendência do ato pedagógico e têm a possibilidade de repensar as suas ações, desvelando as teorias que estão fundamentando essas ações, com a possibilidade de corroborar com, ou refutar, as próprias idéias. Ao registrar e tornar públicas estas ações, os sujeitos que engendram estas ações dão o caráter político do que é público e constroem um espaço de diálogo que fortalece o coletivo de educadores que estão preocupados com o que fazem diariamente no cotidiano escolar e quais as possibilidades de novos processos educacionais, entendendo que “[...] seja qual for o poder mental necessário para desencadeá-los, a capacidade humana responsável por esse poder mental – e única força capaz de realizar tais fatos – não é nenhuma capacidade ‘teórica’, não é contemplação nem razão; é a faculdade humana de agir, de iniciar processos novos [...]” (ARENDR, 2005, p. 243).

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico. Não nos é imposto pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade como o trabalho. Pode ser estimulado, mas nunca condicionado pela presença dos outros, em cuja companhia desejamos estar, seu impacto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa.

O ato de tornar públicas as próprias idéias, numa ação coletiva, tem um caráter de coragem no sentido de que, nesse caso, nunca é possível controlar os resultados dessa ação, as conseqüências não são previsíveis, a exemplo de tantos processos desencadeados “[...] Nem mesmo o olvido ou a confusão, que podem encobrir com tanta eficácia a origem e a responsabilidade de qualquer ato isolado, são capazes de desfazer um ato ou suprimir-lhe as conseqüências.” (ARENDR, 2005, p. 244). Dar continuidade ao processo de construção de um espaço

público para a discussão das problemáticas educacionais e a possível superação destas exige um processo contínuo de evolução do pensamento político dos professores acreditando que “[...] O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de organização) e o que elas, por sua vez, mantém vivo ao permanecerem unidas é o poder.” (ARENDT, 2005, p. 213). Todo aquele que, por algum motivo, isola-se e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e torna-se impotente, por mais que seja a sua força e por mais válidas que sejam as suas razões.

3 COMPREENSÃO E POLÍTICA

Compreender a relevância, a abrangência e a irrevogabilidade de pequenos atos que se constituem numa amálgama na profissionalidade docente, só é possível por intermédio de políticas públicas que fomentem a elaboração de conceitos acerca do magistério e da atuação dos profissionais da educação, como a emancipação e a autonomia, na superação de paradigmas que enclausuraram as iniciativas pedagógicas em sala de aula, impedindo que a interlocução entre os pares pudesse alimentar o entusiasmo e a continuidade dos projetos inovadores.

Em “Dignidade da Política”, Arendt (1993, p. 40) afirma que:

[...] a compreensão trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliando-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa de novo. [...] É a maneira especificamente humana de estar vivo, porque toda pessoa necessita reconciliar-se com um mundo em que nasceu como um estranho e no qual permanecerá sempre um estranho, em sua inconfundível singularidade.

Segundo Arendt (1993), o resultado da compreensão é o significado que produzimos em nosso próprio processo de vida à medida que tentamos nos reconciliar com o que fazemos e com o que sofremos. A compreensão de questões políticas e históricas, tão profunda e fundamentalmente humana, tem algo a ver com a compreensão de pessoas: só sabemos quem uma pessoa essencialmente é depois que ela morre. A compreensão precede e sucede o conhecimento. A com-

preensão preliminar, que está na base de todo o conhecimento, e a verdadeira compreensão têm isso em comum: conferem significado ao conhecimento.

Referindo à história Arendt (1993, p. 48) afirma que “[...] somente quando algo irrevogável aconteceu é que podemos retrair sua história. O acontecimento ilumina o próprio passado; jamais pode ser deduzido dele. Sempre que ocorre um evento grande o suficiente para iluminar seu próprio passado, a história acontece.

Arendt (1993, p. 51) defende que

[...] a grande importância que o conceito de começo e origem tem para todas as questões estritamente políticas advém do simples fato de que a ação política, como toda a ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal ela é, em termos da ciência política, a própria essência da liberdade humana.

Se a essência de toda a ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição diferente de muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que se engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história) no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou a reconciliar-se com o que inevitavelmente existe. (ARENDR, 1993, p. 52).

Quando Arendt (1993) fala sobre compreensão como um empreendimento estranho, afirma que, no final, pode não ir além de articular e confirmar o que a compreensão preliminar, consciente ou inconscientemente sempre engajada na ação, intuira de início. E, não irá intimidar-se recuando para fora desse círculo; ao contrário, estará consciente de que qualquer resultado se apresentará tão divorciado da ação, da qual é somente o outro lado, que não poderia ser de modo algum verdadeiro.

4 O ENFRENTAMENTO DA CRISE NA EDUCAÇÃO

Vive-se, há algum tempo, a chamada crise na educação. Nunca tantos professores da educação básica tiveram acesso à formação em nível superior, tanto na graduação como em pós-graduação. Entretanto, as pesquisas em nível na-

cional apontam resultados preocupantes quanto ao nível de conhecimento dos alunos egressos do ensino fundamental. Se por um lado sabe-se que a escola não é uma instância redentora das mazelas da sociedade, por outro lado não é possível isentar completamente a escola da responsabilidade que esta assume em subsidiar os elementos indispensáveis ao exercício da cidadania, como ler, escrever, interpretar e calcular. Entretanto, a despeito de um avanço nos níveis de formação dos professores da educação básica, o que se pode deduzir, a partir dos resultados dessas pesquisas, é que esse avanço na formação não resultou, numa relação direta, em qualidade na educação.

Segundo Arendt (1993), uma crise obriga-nos a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna desastre, quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, sem preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise, mas também nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. Por mais claramente que um problema geral possa se apresentar em uma crise, ainda assim é impossível chegar a isolar completamente o elemento universal das circunstâncias específicas em que ele aparece.

Somente a imaginação nos permite ver as coisas em suas perspectivas próprias, só ela coloca a uma certa distância o que está próximo demais, para que possamos ver e compreender sem tendências ou preconceitos; e só ela permite superar os abismos que nos separam do que é remoto, para que possamos ver e compreender tudo o que está longe demais como se fosse assunto nosso. Esse distanciamento de algumas coisas e aproximação de outras, pela superação de abismos, faz do diálogo da compreensão, para cujas finalidades a experiência direta estabelece um contato próximo demais e o mero conhecimento ergue barreiras artificiais. Sem esse tipo de imaginação, que na verdade é compreensão, jamais seríamos capazes de nos orientar no mundo. Ela é o único compasso interno que possuímos. (ARENDDT, 1993, p. 53).

Arendt (1993, p. 51) defende que a grande importância que o conceito de começo e origem tem para todas as questões estritamente políticas advém do simples fato de que “[...] a ação política, como toda a ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal ela é, em termos da ciência política, a própria essência da liberdade humana.”

Se a essência de toda a ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição diferente de muitas outras, que permite aos homens de ação (e não aos que se engajam na contemplação de um curso progressivo ou amaldiçoado da história) no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou a reconciliar-se com o que inevitavelmente existe. (ARENDT, 1993, p. 52).

Falando de mudanças na educação, Arendt (1972, p. 227) aponta alguns aspectos da crise na educação americana, levantando a hipótese da origem da crise estar na adoção indiscriminada de modernas concepções sem, no entanto, refletir sobre a pertinência para o contexto “[...] o fato importante é que, por causa de determinadas teorias, boas ou más, todas as regras de juízo humano normal foram postas de parte.” O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda a crise, é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma velha mágica, o lugar onde ocorreu esse desmoronamento.

[...] em parte alguma os problemas educacionais de uma sociedade de massas se tornaram tão agudos, e em nenhum lugar as teorias mais modernas no campo da Pedagogia foram aceitas tão servil e indiscriminadamente. Quais foram os aspectos do mundo moderno e de sua crise que se revelaram na crise educacional, isto é, quais são os motivos reais para que, durante décadas, se pudessem dizer e fazer coisas em contradição tão flagrante com o bom senso? (ARENDT, 1972, p. 236).

Segundo Arendt (2005, p. 245), os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo; que sempre vem a ser ‘culpado’ de conseqüências que jamais desejou ou previu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as conseqüências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais termina inequivocadamente num único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se revela ao ator, mas somente à visão retrospectiva do historiador, que não participa da ação.

A política, como aponta Arendt (2005), insere-se num outro contexto, e o seu campo é o do pensamento no plural, que consiste em ser capaz de pensar no

lugar e na posição de outros em vez de estar de acordo consigo próprio. Se política é um produto da ação, agir deriva dos verbos: *agere* – pôr em movimento, fazer avanços e *gerere*: trazer criar. O sentido original de *agere* exprime atividade no seu exercício contínuo em contraste com *facere*, que exprime atividade executada num determinado instante (entre o passado e o futuro).

Nos encontros de formação de professores, uma reflexão sobre o que afirma Arendt (1972, p. 236) “[...] em parte alguma os problemas educacionais de uma sociedade de massas se tornaram tão agudos, e em nenhum lugar as teorias mais modernas no campo da Pedagogia foram aceitos tão servil e indiscriminadamente.”

5 CONCLUSÃO

Percebeu-se, ao longo dessa trajetória, convivendo com os professores em sala de aula, na graduação, especialmente nos cursos de licenciatura e mais concretamente no Curso de Pedagogia, acompanhando a prática pedagógica por intermédio dos estágios nas licenciaturas e, sobretudo, por meio dos encontros de formação continuada mediados pela Universidade, que há um comprometimento real com o desenvolvimento de um trabalho sério e responsável, buscando resultados efetivos no processo de ensino-aprendizagem, embora pouco se tenha avançado no sentido de construir um Projeto Político-Pedagógico que evidencie essas intenções e concretize nas vivências da mediação pedagógica.

[...] A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por esse mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança – Isto é o nosso mundo. (ARENDR, 1972, p. 240).

É preciso implementar políticas de acompanhamento dos professores, mediante um projeto de pesquisa consistente voltado para a sua realidade no cotidiano escolar, que permita construir um espaço de discussão reflexiva/crítica com base nas práticas escolares no seu fazer cotidiano, como profissional da educação, à luz das concepções teóricas veiculadas nos cursos de formação inicial e continuada.

Defende-se a idéia de que, a despeito dos esforços contínuos dos educadores e dos investimentos públicos na formação dos professores, o que de fato pode dar sustentação a uma mudança significativa na prática pedagógica é a construção de um projeto coletivo dos professores que revele as suas necessidades, suas intenções, suas limitações e acima de tudo o real potencial para a superação dessas limitações. Na construção de um Projeto Político-Pedagógico na escola, é necessário priorizar estudos sobre a competência técnica e o comprometimento político-profissional na docência, na reflexão pedagógica. Considera-se necessário estabelecer, por intermédio de um grupo de pesquisa, conversações reflexivas sobre a prática de ensino, refletindo na ação e sobre a ação, numa pesquisa educacional realizada por professores da educação básica, tornando-se constitutivos das próprias atividades docentes.

É na prática e com reflexão sobre a prática que os professores consolidam a revisão de ações, encontram novas bases e processam novos conhecimentos. É também na prática que eles vão encontrando outros elementos, outros subsídios que somente a formação inicial e continuada, num primeiro momento, não têm condições de fornecer. A reflexão conduz o professor a produzir um saber que o acompanha como um saber de referência, como parte da experiência, o que é muito importante para a construção da competência pedagógica.

Continuing education in a partnership between the University and Semeds in the Blumenau (SC) region, and its developments in a school made through a teachers' collective

Abstract

The present text consists of a reflective essay about the political character of continuing education, seen in light of the conceptions of Hannah Arendt about what politics is and what it means to speak of the condition of teachers as political subjects, with repercussions for what determines the least or greater level of politicalness in the pedagogical actions arrived at in a school. It approaches this action as politics, plumbing the questions connected to the action as an essen-

tially human activity, using it as the theoretical base for analyzing an experience lived in the Continuing Education Program for Education Professionals of the Center for Education Sciences of Furb- the Regional University of Blumenau, in an action unleashed with teachers from Basic Education of the Municipal Teaching Network of Timbó (SC). This partnership between Furb and Semed has been taking place since 2004, in a joint action with a group of approximately 170 teachers. The thesis defended is that the teacher as a social-historical subject, with his or her habits and customs, values and beliefs can find in the school the public space for engendering political actions in education. This text also approaches the context of an eminently political action on the part of teachers, in the communication of their pedagogical practices, expounding on them in the public sphere and submitting them to evaluation of their educational presuppositions, as an exercise in freedom, emancipation and autonomy.

Keywords: Continuing education. Action and politics. Hannah Arendt.

Nota explicativa

¹ Hanna Arendt, filósofa e pensadora política, nascida na Alemanha, em 1906, de uma rica e antiga família judia. Foi na Alemanha que Hannah Arendt fez seus estudos universitários em teologia e filosofia. Foi aluna do filósofo existencialista Martin Heidegger. Defendeu, sob a orientação de Karl Jaspers, uma tese de doutoramento sobre a experiência do amor na vida e na obra de Santo Agostinho. Embora sua obra seja basicamente uma grande reflexão sobre a teoria e a prática política do nosso tempo, a filosofia subjaz a toda sua obra. No livro, “A Condição Humana”, Hannah Arendt deixou claro que a liberdade só pode ser exercida mediante a recuperação e reafirmação do mundo público, que permite a identidade individual mediante a palavra viva e da ação vivida, no contexto de uma comunidade política, criativa e criadora.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. A Ação. In: ARENDR, H. **A Condição Humana**. (1958) Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 31-85.

_____. **A Dignidade da Política**: ensaios e conferências. Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Entre o Passado e o Futuro.** (Between Past and Future) 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 9-27, 221-247.

_____. **O que é Política:** Fragmentos das Obras Póstumas. 2. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1999. p. 21-124.

_____. **Verdade e Política** (Truth and Politics) Tradução Manuel de Barros. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.